



## A arqueologia pública e as novas maneiras de narrar o passado

Rebeca Ribeiro Bombonato\*

\* Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), Av. Prof. Almeida Prado, 1466 - Butantã, São Paulo - SP, 05508-070, Brasil. rebeca.bombonato@usp.br.

Recibido el 2 de junio de 2022, aceptado para su publicación el 16 de agosto de 2022.

<https://www.doi.org/10.5281/zenodo.7839207>

### Palavras-chave:

arqueologia pública;  
povos indígenas;  
arqueologia em museus;  
exposições;  
comunicação em museus.

### Keywords:

public archaeology;  
indigenous peoples;  
archaeology in museums;  
exhibitions;  
communication in museums.



Los trabajos publicados en esta revista están bajo la licencia Creative Commons Atribución - No Comercial 2.5 Argentina.

### RESUMO

Ao longo dos anos, a arqueologia ganhou muitas faces, tem dialogado com diferentes disciplinas e saberes e incorpora os mais diversos participantes. Um dos participantes protagonistas frente à arqueologia são os povos indígenas, cujos conhecimentos e cosmologias são raramente considerados. Os museus se inserem neste relacionamento como zonas de contato entre indígenas, pesquisadores e sociedade. Tais zonas se mostram fundamentais para a divulgação de conhecimentos produzidos através de pesquisas colaborativas entre povos indígenas e arqueólogos – dando assim uma nova face para a arqueologia pública. Este artigo realiza uma revisita ao papel que a arqueologia assume frente à sociedade, e principalmente sobre a participação de povos indígenas na geração de novos conhecimentos. São trazidos casos em museus brasileiros para exemplificar as diferentes ações em colaboração, de forma que a arqueologia pública ao mesmo tempo que busca alcançar diferentes segmentos da sociedade, é alcançada por indígenas que assumem o protagonismo de suas histórias.

### ABSTRACT

Over the years, archeology has gained many faces, has dialogued with different disciplines and fields and incorporated the most diverse participants. One of the participants who regained their leading role in the face of archeology are indigenous peoples, whose knowledge and cosmologies are rarely considered. Museums are part of this relationship as contact zones between indigenous people, researchers and society. Such areas are fundamental for the dissemination of knowledge produced through collaborative research between indigenous peoples and archaeologists – thus giving a new face to public archeology. This article revisits archeology's role towards society, and especially towards the participation of indigenous peoples in the generation of new knowledge. Cases in Brazilian museums are brought to exemplify the different collaborative actions, so that public archeology, while seeking to reach different segments of society, is reached by indigenous people who reclaim the protagonism of their stories.

## 1. Introdução

Qual o papel da arqueologia no mundo contemporâneo? Antes de nos propormos a discutir sobre tamanho questionamento, se faz necessário refletir sobre a disciplina em si e suas relações – com outras disciplinas, assim como com seus atores. A arqueologia também é uma disciplina extremamente diversa, que atrai para si diferentes perspectivas e metodologias. Além de diversa, a arqueologia é, de acordo com Jones (2009, p. 92), uma disciplina híbrida, cuja abrangência interdisciplinar nos ajuda na definição de seus objetivos com maior clareza. Sua vocação interdisciplinar evidencia a grande capacidade de diálogo entre aqueles que dela participam. O real questionamento então não é se a arqueologia é uma disciplina interdisciplinar ou não, mas sim quem são os participantes que dialogam com ela.

Em um primeiro momento –e antes de iniciarmos a discussão sobre a inclusão de outras vozes– é

importante lembrarmos que a arqueologia está inseparavelmente ligada a políticas e programas originários do período colonial (Colwell-Chanthaphohn & Ferguson, 2008). A prática da coleta expedicionária do século XIX no continente americano alimentou coleções particulares e de museus na Europa (em um primeiro momento) e eventualmente nos grandes centros urbanos nas Américas. Nesse contexto, a arqueologia era apresentada aos públicos visitantes destas coleções com o objetivo de educar estes através de estudos naturalistas e evolucionistas.

Hoje, a disciplina passou por uma série de modificações, contudo ela continua distante dos públicos que visitam museus –as principais instituições onde objetos arqueológicos podem ser encontrados– e principalmente das comunidades e grupos sociais e culturais cujos patrimônios são estudados.

Novos olhares sobre a disciplina englobam seus novos anseios. Watkins (2012) define a disciplina da arqueologia, em sua forma mais simples, como o estudo



científico de itens materiais de culturas passadas em uma tentativa de responder questões sobre ou de gerar certa generalização/caracterização acerca dos seres humanos. Entretanto, a disciplina não é simples, muito menos fechada em si mesma. Como estudo da cultura material, a arqueologia atrai para si uma variedade de conhecimentos e, assim como nos lembra Lima (2009), vem ampliando sua atuação gerando novas formas de trabalho ligadas, em especial, ao desenvolvimento de ações educacionais com a sociedade.

Ao longo de sua existência, a disciplina arqueológica passou por uma série de mudanças relacionadas tanto aos seus praticantes, quanto ao envolvimento de povos antes vistos apenas como objetos de estudo (Watkins, 2012). Algumas das contribuições mais relevantes trazidas por uma abordagem pós-processual estão nas tentativas de comunicar, revelar, criticar e reabilitar os papéis que a arqueologia desempenha na sociedade contemporânea, realizando, dessa forma, um “exercício técnico de disseminação” (Little, 2012; Richardson & Sánchez, 2015). Assim, a disciplina também se incorpora às relações sociais, culturais, políticas e econômicas (Breglia, 2007, p. 98).

A preocupação com uma divulgação dos conhecimentos produzidos no âmbito de pesquisas arqueológicas é crescente nos últimos anos (Tega, Calippo & Bezerra, 2017). Wheeler (1954, p. 224) afirma que é um dever do arqueólogo alcançar o público, de forma que todos consigam compreendê-la. Richardson e Sánchez (2015) chegam a afirmar que, ao menos que os arqueólogos encontrem uma forma de tornar suas pesquisas mais relevantes para o mundo moderno, esse mesmo mundo se verá cada vez mais capaz de ignorar a arqueologia.

Funari (2004, p. 205) nos lembra do potencial de alcance da arqueologia que, de acordo com ele, é a única ciência social que pode fornecer acesso a todos os grupos sociais, não apenas elites, mas também a povos indígenas, nômades, artesãos e comerciantes, e por isso as pessoas comuns têm o potencial de se reconhecer naquilo que os arqueólogos estudam.

Este potencial ganha forma na arqueologia pública. O termo cunhado por Charles McGimsey em 1972 foi primeiramente associado às práticas relacionadas a gestão de recursos culturais (*Cultural Resources Management* – ou CRM), de forma a contrastar com a arqueologia acadêmica (Merriman, 2004). Merriman (2004, p. 3) também lembra que o CRM foi considerado uma forma de arqueologia “pública” por depender –inicialmente– de um apoio público para convencer legisladores e desenvolvedores de que sítios arqueológicos precisavam de proteção.

Entretanto, a arqueologia pública na América do Sul engloba uma compreensão mais ampla. Se a

arqueologia estuda a cultura material e sua relação com o homem, a arqueologia pública traz para seu cerne uma aproximação das audiências ao que a arqueologia é e para o que serve. Parte também dos papéis da arqueologia pública está na crítica aos processos e meios pelos quais a disciplina influencia, facilita, limita e expõe as relações entre o passado, presente e futuro (Richardson & Sánchez, 2015).

De forma semelhante a Richardson e Sánchez (2015), Hamilakis (2016, p. 681) afirma que os arqueólogos possuem grande capacidade de contribuição quanto a discussões contemporâneas, principalmente no âmbito da materialidade e da temporalidade; neste ponto a participação do museu se faz essencial. Como instituição receptora da maioria de objetos coletados durante pesquisas, os museus carregam consigo a responsabilidade de serem locais de discussão –e mesmo de conciliação– entre diferentes atores. É a partir dessa afirmação de Hamilakis (2016) que o presente artigo volta suas atenções para a inclusão de povos indígenas nos processos de curadoria dos museus arqueológicos.

## 2. Relação com os museus e a sociedade

Nos últimos anos, a arqueologia pública surge como uma alternativa no aprimoramento do relacionamento entre pesquisadores e a sociedade, mas ainda existem algumas discussões quanto a classificação e definição exata da arqueologia pública e sua atuação. Richardson e Sánchez (2015, p.194) a definem tanto como uma prática disciplinar como uma posição teórica, que pode ser exercitada através da democratização da comunicação, atividade ou administração arqueológica, através da comunicação com o público, envolvimento do público ou a preservação e administração de recursos arqueológicos para benefício público por organizações voluntárias ou estatutárias.

Da perspectiva de Funari e Bezerra (2012, p.110), a arqueologia pública não seria uma sub-área da arqueologia, nem mesmo uma especialização, mas sim um compromisso político e ético, independentemente dos interesses específicos da pesquisa. Seria, então, uma responsabilidade a ser compartilhada por todos como uma comunidade e não apenas como indivíduos. O autor também lembra que a arqueologia pública experimentou um crescimento significativo nos últimos anos, mas a relação entre colecionadores e o patrimônio arqueológico tem sido largamente negligenciada pela comunidade científica (Funari & Bezerra, 2012, p.108).

Para além de uma definição fixa sobre o que a arqueologia pública é ou faz, Atalay (2006, p. 283) nos lembra que a arqueologia é mais do que uma ferramenta para compreender o passado por possuir implicações

contemporâneas complexas, principalmente devido à grande influência na vida cotidiana daqueles ligados à história/patrimônio em questão. Neste ponto, Garraffoni (2017, p. 27) afirma:

(...)se o passado é fundamental para a vida moderna e nossa relação com ele molda sensibilidades e identidades, posicionar-se criticamente é indispensável quando se defendem princípios democráticos ou se ressignificam momentos históricos traumáticos. Seria exatamente nesse ponto que a arqueologia pública deveria se centrar, na mediação ética das relações entre passado e presente. (Garraffoni, 2017, p. 27).

A mediação ética trazida por Garraffoni (2017) depende de uma relação equilibrada entre arqueólogos e comunidades que seja fundamentada no respeito mútuo, de forma a gerar novas maneiras de se narrar o passado. Este respeito se faz mais necessário ainda com a inclusão de uma nova perspectiva que passou a integrar as pesquisas museológicas e arqueológicas, e que diz respeito à inclusão de pesquisas empíricas sobre a compreensão tradicional e espiritual do passado (Shanks, 2008, p. 141), carregando consigo seu potencial de expandir e aprofundar o nosso conhecimento sobre a humanidade (Cowell-Chanthaphonh, 2009, p.164).

Considerando as novas visões que surgem no cenário arqueológico, Little (2007) relembra que praticar a arqueologia pública é, portanto, um posicionamento político diante do trabalho com a cultura material; seria um engajamento entre diferentes atores, em especial os arqueólogos e a comunidade. Este posicionamento não ocorre de forma acidental ou não-intencional, mas sim uma escolha consciente por parte de cada pesquisador.

A arqueologia pública também precisa ser composta por ações que vão além de um mero compartilhamento de resultados de pesquisas com públicos (Little, 2012, p. 395). Ela se conecta diretamente a questões contemporâneas, como identidade nacional e o (re) conhecimento de grupos culturais. Ao conectar a Arqueologia a questões contemporâneas, surge uma arqueologia engajada, que olha para além da disciplina em si, alcançando diferentes camadas da sociedade (Little, 2012, p. 403).

Conquanto os trabalhos relacionados a uma divulgação científica de pesquisas arqueológicas sejam de vital importância para uma aproximação da sociedade com a arqueologia, esta não deve ser a única forma de contato entre estes participantes. Um relacionamento baseado exclusivamente na divulgação científica se aproxima muito das práticas dos antigos museus universais, onde membros da sociedade frequentavam estas instituições com o objetivo de

serem educados acerca de tópicos diversos. Neste modelo de relacionamento, não existe uma troca ou diálogo. Um único interlocutor é considerado o detentor do conhecimento e responsável pela sua divulgação aqueles de fora. Esta não deve ser a postura da arqueologia pública, que deve a todo momento buscar o diálogo com aqueles não-especialistas.

Embora a definição de arqueologia pública por McGimsey seja diferente das atuais correntes, o autor afirma que “o passado pertence ao futuro, mas apenas o presente pode preservá-lo” (McGimsey, 1972, p. 24). Tal afirmação nos lembra da responsabilidade de preservar e divulgar hoje as informações referentes ao passado da humanidade, em prol do futuro. Um dos principais locais onde a preservação do patrimônio ocorre é nos museus. A importância da instituição na sociedade é inegável, além de se tratarem de poderosos meios de representação porque lidam diretamente com os patrimônios estudados por pesquisadores e reclamados por diferentes grupos culturais.

Os museus também são um veículo significativo e poderoso para a construção pública do passado e para o envolvimento dos públicos na arqueologia. Meneses (2000) afirma que, embora a “memória” e “identidade” não sejam fenômenos neutros de um ponto de vista ético, estes tratam-se de ingredientes fundamentais da interação social, não podendo estar ausentes nos museus. Durante grande parte de sua história, os museus arqueológicos estiveram relativamente voltados para si mesmos, tendendo a atender às necessidades da disciplina acadêmica da arqueologia (Merriman, 2004, p. 85).

Weil (1990, p. 57-61) propõe três funções para os museus no século XXI: preservar, estudar e comunicar. “Preservar” inclui o cuidado com a coleção e seus objetos, “estudar” se refere a pesquisa feita através de tais objetos, e “comunicação” inclui todas as atividades e práticas que permitem o acesso aos objetos e aos resultados de estudos por parte das pessoas. Silva (2016) afirma que:

(...) cabe ao museu hoje grande responsabilidade na preservação do patrimônio arqueológico, indo além da tão solicitada guarda, pois cabe ao museu essencialmente promover o patrimônio arqueológico e a sua comunicação, aqui entendido como estabelecer possibilidades interpretativas e de resignação (Silva, 2016, p. 327).

A preservação também não deve ser entendida apenas como a preservação física dos objetos, embora este seja um tópico de grande estima e de inegável relevância para a continuidade dos estudos arqueológicos. É essencial lembrarmos que os



objetos preservados em coleções preservam também significados e histórias próprias. Silva (2016) afirma que “é preciso ter claro, porém, que o que eles [os museus] preservam não são os objetos em si” mas as socialidades e saberes que estes objetos materializam. Nessa perspectiva, o museu se torna um local de aproximação entre diferentes grupos culturais e suas histórias; é um local onde estes podem ver, rever, conhecer ou (re) aprender técnicas tradicionais (Cury, 2016).

A preservação do patrimônio se trata também de uma escolha ideológica (Gnecco, 1995) que deve ser feita todos os dias pelos pesquisadores. Todavia, a preservação do patrimônio não pode ser um assunto tratado da porta do museu para dentro apenas, devendo também fazer parte dos debates na sociedade contemporânea. Porém o patrimônio também deve ser utilizado em uma aproximação social daqueles normalmente excluídos, ora buscando associações com o passado cultural, ora vivenciando experiências comunitárias (Merriman, 2004).

A preservação do patrimônio arqueológico – através da sua musealização – envolve ações que vão muito além da salvaguarda, cabendo também ao museu a promoção deste patrimônio, assim como sua comunicação – que Cury (2015, p. 327) considera como o “estabelecimento de possibilidades interpretativas e de resignificação”. Tais ações fazem parte do processo curatorial, que compreende a formação do acervo, sua pesquisa, conservação, documentação e comunicação, todas em um processo cíclico e sem fim (Cury, 2015).

O patrimônio também deve passar por um processo de apropriação por parte dos sujeitos e grupos ligados a estes (Hall, 2004; Woodward, 2014). Embora estes patrimônios já possam ter passado diversas vezes por um processo de apropriação por parte de grupos culturais, é necessário também o reconhecimento por parte dos arqueólogos quanto à legitimidade das interpretações geradas por estes grupos.

### 3. Arqueologia pública e os povos indígenas

Sabe-se que um dos maiores desafios dos museus com exposições arqueológicas está na elaboração de discursos que, a partir de uma contextualização de vestígios arqueológicos, contribuam para a reflexão sobre a condição humana e para a apropriação e valorização do patrimônio arqueológico (Saladino, 2017, p. 102-103). A autora ressalta que a exposição arqueológica é resultado da aplicação da curadoria que se inicia no contexto arqueológico – onde o arqueólogo é o responsável pela seleção, coleta, análise e interpretação do material – e segue para um contexto museológico – onde, idealmente, museólogos, arqueólogos, educadores e outros atores envolvidos

(como comunidades locais, descendentes de sistemas culturais etc.) tornam o discurso arqueológico em discurso museológico – onde o produto final é a exposição e outras atividades (como visitas mediadas, oficinas, cursos etc.) (Saladino, 2017).

A inclusão de diversos atores, entre eles os povos indígenas, é um ponto que merece especial atenção por parte dos arqueólogos. Parte do compromisso ético, citado anteriormente por Funari e Bezzera (2012), está na necessidade de os pesquisadores proporcionarem um ambiente respeitoso ao tratarem de conhecimentos tradicionais destes grupos. Mesmo que os conhecimentos gerados pela arqueologia sejam reconhecidos por povos indígenas como válidos e relevantes, muitos povos indígenas também demonstram certa preocupação com a falta de capacidade dos pesquisadores em contribuir para as suas necessidades expostas (Ferguson, 2003).

Watkins (2012) lembra que, para muitos povos indígenas, tanto a história quanto a tradição oral são aceitas como modos legítimos de se conhecer o passado, podendo inclusive serem consideradas as únicas fontes quando nos referimos a cosmologias indígenas. Portanto, ambos os tipos de conhecimentos – os tradicionais indígenas e os arqueológicos – são vistos como categorias separadas de conhecimentos, sendo cada uma apropriada para os seus próprios contextos culturais e igualmente capazes de produzir informações sobre o passado (Anyon et al., 1997).

Atalay (2006, p. 280) se vale de grande sensibilidade ao afirmar que a arqueologia, mais do que o estudo da cultura material, trata acerca de pessoas, da compreensão de suas vidas diárias, de seu sentimento de pertencimento no mundo, sua alimentação, espiritualidade, arte, e organização político-social. Esta colocação traz à tona uma questão focal no entendimento do próprio papel da arqueologia pública. Se a arqueologia de fato estuda a relação dos seres humanos com sua cultura material, existe então uma relação dinâmica que se modifica a todo momento – que pode não ser tão imutável e estável no tempo quanto se pensaria.

A coleção de objetos indígenas por arqueólogos acabou por alienar seus herdeiros de suas próprias histórias, pois seus objetos patrimoniais tendem a ser realocados para locais distantes, o que acaba por diminuir seus laços (Colwell-Chanthaphohn & Ferguson, 2008). Em resposta às críticas recebidas e ao ativismo por parte de membros de povos indígenas, muitos arqueólogos passaram a fazer um questionamento crítico sobre seu direito de controlar a cultura material representativa do passado destes povos (Atalay, 2006). Estes questionamentos e debates contribuíram para uma nova compreensão acerca da prática arqueológica,

de forma a ajudar a construir uma disciplina mais sensível quanto às necessidades e solicitações dos herdeiros de patrimônios musealizados.

A colaboração com comunidades indígenas –tanto durante a própria prática arqueológica como na divulgação através das exposições– estabelece novos tipos de enquadramentos interpretativos e novas formas de tradução dos padrões de cultura material (Colwell-Chanthaphohn & Ferguson, 2008).

A arqueologia pública possui grande capacidade de beneficiar povos indígenas através do envolvimento destes nos mais diversos aspectos da prática. A própria arqueologia também se beneficia desta prática, já que ela tenta responder às deficiências das investigações científicas que desconsideram as comunidades afetadas pelo processo de pesquisa; é uma tentativa de restaurar a justiça na prática arqueológica, aspirando criar benefícios tanto para os praticantes da ciência quanto para seus sujeitos (Colwell-Chanthaphohn & Ferguson, 2008)

Dentro dos museus, especificamente, esse movimento em direção a uma justiça na sua prática, a arqueologia encontra os povos indígenas na requalificação de coleções e no desenvolvimento de exposições. A requalificação é um trabalho que acaba por receber pouca visibilidade para os públicos do museu, por se tratar de um processo pouco divulgado –mas que não pode ser considerado menos importante. Já as exposições em colaboração ganham mais espaço nas mais diversas instituições, geralmente ligadas a universidades públicas no caso brasileiro.

Instituições como o Museu Paraense Emílio Goeldi (no Estado do Pará, no Brasil), o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo –MAE/USP– (no Estado de São Paulo, Brasil) e o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná –MAE/UFPR– (no Estado do Paraná, Brasil) tem realizado curadorias colaborativas com povos indígenas para a produção de exposições que representem suas culturas, modo de vida e cosmologias aos visitantes não-indígenas. O Museu Goeldi vem trabalhando com a requalificação de suas coleções reunidas ao longo dos muitos anos da instituição, além de colaborar com o desenvolvimento de exposições com povos indígenas e instituições internacionais (como é o caso da exposição “A câmera é nossa arma” desenvolvida pelos Kayapó do Xingu, com a participação do *American Museum of Natural History* de Nova Iorque). Já o MAE/USP desenvolveu em parceria com os Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena de São Paulo a exposição “Resistencia Já! Fortalecimento e união das culturas indígenas Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena”, enquanto o MAE/UFPR desenvolveu a exposição “*Nhande Mbyá Rekó: nosso jeito de ser Guarani*” em

colaboração com cinco grupos Guarani do Paraná.

Estas e uma série de outras exposições ganham espaço em museus universitários no Brasil, alimentando os diálogos e a colaboração entre pesquisadores, indígenas e visitantes. Ao se colocar como o local de encontro entre estes diferentes atores, o museu se solidifica como espaço de compartilhamento de conhecimentos diversos e local de diálogos interculturais. Contudo, Cunha Lima e Silva (2021) alertam que estes passos não significam um abandono completo das antigas práticas arqueológicas. Um esforço ativo deve ser feito por parte dos pesquisadores para quebrarem o molde da pesquisa acadêmica, redefinindo os princípios éticos das pesquisas (Cunha Lima & Silva, 2021) e reestruturando suas relações com povos indígenas.

#### 4. Considerações para o futuro

Regressamos aqui à pergunta inicial deste artigo. Qual seria então o papel da arqueologia pública no mundo contemporâneo? Após a discussão proposta, podemos afirmar que a arqueologia, diferente de uma disciplina voltada exclusivamente para o passado e para si mesma, tem se transformado em um campo fértil para diálogos com os mais diversos participantes. Estes são afetados diariamente pelas escolhas e pesquisas realizadas por arqueólogos, que por sua vez devem assumir um compromisso ético e colaborar para uma mediação igualmente ética entre o passado e presente.

A arqueologia pública traz consigo uma série de avanços. O reconhecimento por parte da comunidade científica da importância da divulgação de conhecimentos arqueológicos para os públicos visitantes de museus –uma das principais formas de divulgação científica– é um passo vital para uma nova prática arqueológica. Entretanto, uma comunicação exclusivamente entre pesquisadores e visitantes pode se tornar uma arqueologia pública esvaziada do seu potencial de dialogar com todos. A partir do momento em que povos indígenas passam a integrar o processo de geração de conhecimentos (através de participação em pesquisas arqueológicas e da requalificação de objetos musealizados) e sua divulgação (através de exposições colaborativas), um real diálogo pode passar a ocorrer.

Se faz necessário lembrar que a arqueologia é um ato político. Os processos arqueológicos devem integrar diferentes perspectivas em programas que respondam as necessidades identificadas dos grupos com os quais a arqueologia trabalha. O trabalho do arqueólogo deve ser de fato tornar a arqueologia significativa e relevante para diferentes esferas sociais e culturais (Watkins, 2012).



Smith (2004, p. 409) comenta que os arqueólogos não podem fingir serem espectadores inocentes em uma política mais ampla de identidade e reconhecimento, pois a autoridade de falas e práticas arqueológicas e científicas pode ter impactos materiais nas percepções públicas da legitimidade das reivindicações e aspirações de identidade indígena. Os arqueólogos e museus devem trabalhar para e com comunidades indígenas, de forma a buscar um equilíbrio entre objetivos científicos e valores de sistemas culturais indígenas (Cowell-Chanthaphonh & Ferguson, 2008).

## Bibliografia

- Anyon, R., Ferguson, T. J., Jackson, L., Lane, L. & Vicenti, P. (1997). Native American oral traditions and archaeology: issues of structure, relevance, and respect. *En* N. Swindler, K. E. Dongoske, R. Anyon & A. S. Downer (Eds.), *Native Americans and archaeologists: stepping stones to a common ground* (pp. 77-87). Walnut Creek, CA: AltaMira Press.
- Atalay, S. (2006). Indigenous Archaeology as Decolonizing Practice. *American Indian Quarterly* 30 (3/4), 280-310.
- Breglia, L. C. (2007). Engaging local communities in archaeology: observations from a Maya site in Yucatán, México. *En* J.H. Jameson, & S. Baugher (Eds.), *Past meets present: archaeologists partnering with museum curators, teachers, and Community groups* (pp. 89-99). New York: Springer.
- Cowell-Chanthaphonh, C. (2009). The archaeologist as a world citizen. *En* L.Meskeel (Ed.), *Cosmopolitan Archaeologies* (pp. 140-165). Durham/London: Duke University Press.
- Cowell-Chanthaphonh, C. & Ferguson, T. J. (Eds.) (2008). *Collaboration in archaeological practice: engaging descendant communities*. Lanham: MD.
- Cunha Lima, S. & Andréa Silva, F. (2021). Colaboração em Museus: a participação de mulheres asurinís na definição dos critérios de restauração de vasilhas cerâmicas produzidas pelas suas ancestrais. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 10(19), 290-304.
- Cury, M. X. (2015). Dimensão pública da Arqueologia: contribuições dos museus. *En* P. P. A. Funari, J. B. Campos & M. H. S. G. Rodrigues (Orgs.), *Arqueologia pública e patrimônio: questões atuais* (pp. 327-352). Criciúma: UNESC, 2015.
- Cury, M. X. (2016). Museus e indígenas – saberes e ética, novos paradigmas em debate: Introdução. *En* M. X. Cury (Org.). *Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate* (pp. 12-20). São Paulo: Secretaria da Cultura/ACAM Portinari/Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.
- Ferguson, T. J. (2003). Anthropological archaeology conducted by tribes: traditional cultural properties and cultural affiliation. *En* S. D. Gillespie, & D. L. Nichols (Eds.), *Archaeology is anthropology*, Archaeological papers of the American Anthropological Association, 13, 137-144.
- Funari, P. P. A. & Bezerra, M. (2012). Public Archaeology in Latin America. *En* R. Skeates, & C. McDavid (Eds.). *The Oxford handbook of Public Archaeology* (pp. 100-115). Oxford: Oxford University Press.
- Funari, P. P. A. (2004). Public archaeology in Brazil. *En* N. Merriman (Ed.), *Public Archaeology* (pp. 202-210). New York: Routledge.
- Garraffoni, R. S. (2017). Apresentação - Arqueologia pública: diálogos sobre experiências e práticas no Brasil. *En* J.B. Campos, M.H.S.G. Rodrigues, & P.P.A. Funari (Orgs.). *A multivocalidade da Arqueologia Pública no Brasil: Comunidades, práticas e direitos* (pp. 27-31) Criciúma, SC: UNESC.
- Gnecco, C. (1995). Práxis Científica en la periferia: notas para una historia social de la Arqueologia colombiana. *Revista Española de Antropología Americana*, 25, 9-22.
- Hamilakis, Y. (2016). Decolonial archaeologies: from ethnoarchaeology to archaeological ethnography. *World Archaeology*, 48 (5), 678-682.
- Hall, S. (2004). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- Jones, A. (2009). Into the future. *En* B. Cunliffe, C. Gosden & R. A. Joyce (Eds.), *The Oxford handbook of Archaeology* (pp. 89-114). Oxford: Oxford University Press.
- Lima, L. P. (2009). Arqueologia Pública definições e ações plurais, depoimento. *En* L. Domínguez, P. P. A. Funari, A. V. Carvalho & G. B. Rodrigues. (Org.), *Desafios da Arqueologia* (pp. 220-225). 1ed. Erechim: Habilis.
- Little, B. J. (2012). Public benefits of Public Archaeology. *En* R. Skeates & C. McDavid (Eds.), *The Oxford handbook of Public Archaeology* (pp. 395-413). Oxford: Oxford University Press.
- Little, B. J. (2007). *Historical Archaeology: why the past matters*. Walnut Creek: Left Coast Press.
- McGimsey, C. R. (1972). *Public archaeology*. Nova Iorque: Seminar Press.
- Meneses, U. T. B. (2000). Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. *Ciências & Letras. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras*, 27, 92-101.
- Merriman, N. (Ed.). (2004). *Public archaeology*, New York: Routledge.
- Richardson, L-J. & Sánchez, J. A. (2015). Do you even know what public archaeology is? Trends, theory, practice, ethics. *World Archaeology*, 47(2), 194-211.
- Saladino, A. (2017). Museus e Arqueologia: algumas reflexões. *Cadernos de Sociomuseologia*, 10, 89-112.

- Shanks, M. (2008). Postprocessual archaeology and after. En R. A. Bentley, H. D. G. Maschner & C. Chippindale (Eds.), *Handbook of Archaeological Theories* (pp. 133-144). Lanham: AltaMira Press.
- Silva, F. A. (2016). Leva para o museu e guarda: uma reflexão sobre a relação entre os museus e povos indígenas. En M. X. Cury (Org.), *Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate* (pp. 71-79). São Paulo: Secretaria da Cultura/ACAM Portinari/Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.
- Smith, L. (2004). The repatriation of human remains: problem or opportunity? *Antiquity*, 78 (300), 404-413.
- Tega, G., Calippo, F. & Bezerra, M. (2017). Comunicando a arqueologia: discutindo o papel da sociedade de arqueologia brasileira. En J. B. Campos, M. H. S. G. Rodrigues, & P. P. A. Funari (Orgs.), *A multivocalidade da Arqueologia Pública no Brasil: Comunidades, práticas e direitos* (pp. 208-225). Criciúma, SC: UNESC.
- Watkins, J. (2012). Public archaeology and indigenous archaeology: intersections and divergences from a native American perspective. En R. Skeates, & C. McDavid (Eds.), *The Oxford handbook of public archaeology* (pp. 659-672), Oxford: Oxford University Press.
- Weil, S. E. (1990). *Rethinking the museum and other meditations*. Washington D.C: Smithsonian Institution Press.
- Wheeler, R. E. M. (1954). *Archaeology from the Earth*. London: Penguin Books.
- Woodward, K. (2014). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. En T. T. Silva, S. Hall & K. Woodward (Eds.), *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais* (pp. 7-72). 14. ed. Petrópolis: Vozes.